

Instituições Políticas

Teoria e Método

Professor: Fernando Meireles

Horários: Quartas, das 13h às 16h

Contato: fernando.meireles@iesp.uerj.br

Materiais: fmeireles.com/instituicoes/

Apresentação

Este é um curso sobre instituições políticas em países democráticos. Particularmente, ele oferece uma introdução a algumas abordagens teóricas e metodológicas canônicas utilizadas no estudo dessas instituições em perspectiva comparada. Entre outros, veremos como instituições agregam preferências de grupos heterogêneos; evitam problemas de ação coletiva; transferem informações entre indivíduos; ou, ainda, promovem delegação de tarefas e especialização. Para orientar o percurso – que seria interminável na ausência de um foco –, nos determos em algumas questões centrais e analisaremos tanto trabalhos clássicos quanto outros mais recentes que procuram respondê-las. Apesar desse formato, o menu de tópicos incluídos no curso é amplo: estudaremos sistemas de governo e suas variações; regras e procedimentos eleitorais; partidos políticos; a organização interna dos poderes executivo e legislativo; arranjos federativos; burocracia; mudança institucional.

Na primeira parte do curso, discutiremos como instituições foram, e continuam sendo, examinadas sob diferentes perspectivas. Já no segundo módulo, nos deteremos sobre questões substantivas para entendermos o papel das instituições políticas em diversos contextos. Operacionalmente, o curso é organizado em torno de aulas expositivas e seminários temáticos – seminários nos quais discutiremos pesquisas influentes em suas respectivas sub-áreas. A ideia por detrás dessa organização é, espero, direta: consumir boas pesquisas é o caminho inevitável para aprender a fazer boas pesquisas.

Objetivos

Três são os objetivos principais deste curso:

- 1) Apresentar diferentes abordagens institucionais para o estudo da política. Entre outros, discutiremos desde a perspectiva formalista mais antiga; as perspectivas neo-institucionais (i.e., histórica, sociológica e da escolha racional); e também abordagens mais recentes, como a da economia política. Ao final, espera-se que as(os) alunas(os) consigam compreender como instituições estruturam de forma mais ou menos previsível a política; e também como contribuem para suas próprias mudanças no futuro.
- 2) Conectar as(os) alunas(os) com algumas das principais questões e instituições examinadas na área. Na pior das hipóteses, isso confere ferramentas básicas para entender o funcionamento de democracias como a brasileira, na qual o debate institucional – reformas eleitorais, conflito entre poderes, hiperfragmentação partidária, ineficiência da burocracia – invariavelmente está no centro das discussões.
- 3) Estimular a prática de revisões sistemáticas da literatura; de identificação de produções recentes na literatura internacional; e de redação de textos que ajudem as(os) alunas(os) a preparar suas teses, dissertações ou *papers*.

Dinâmica

Como já dito, o curso combinará aulas expositivas e seminários. Em cada encontro, discutiremos uma questão geral e pesquisas que tentaram elucidá-la. Enquanto que a exposição do conteúdo servirá para motivar as aulas e organizar a produção da área, os seminários deverão sintetizar a literatura complementar (ver também adiante sobre a avaliação). A participação em sala de aula, com questões ou comentários, é extremamente importante para o desenvolvimento do curso. É por essa razão que sugiro que as leituras obrigatórias de cada aula sejam realizadas previamente. Seguindo esse *script*, todas(os) ganham com melhores e mais aprofundadas discussões.

Avaliação

O desempenho individual de cada estudante será avaliado de três formas: primeiro, por meio de uma resenha analítica do conteúdo da primeira parte do curso; segundo, pela realização de ao menos um seminário temático; e, finalmente, por meio de um *working paper*.

Avaliação I: Resenha (30% da nota final)

A primeira avaliação consistirá em uma resenha analítica, em até cinco páginas¹, sobre dois de três textos representativos de algumas abordagens institucionais mais recentes – a histórico-comparada, a baseada na escolha racional e a ligada à economia política das instituições, respectivamente – que exploraremos na primeira parte do curso. Dois dos seguintes textos deverão ser escolhidos para essa atividade:

- 1) Ziblatt, D. (2006). *Structuring the state: the formation of Italy and Germany and the puzzle of federalism*. Princeton University Press. Cap. 1–6;
- 2) Chhibber, P. and Kollman, K. (2009). *The formation of national party systems: Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton University Press. Cap. 1–3, 6–7;
- 3) Gingerich, D. W. (2013). *Political institutions and party-directed corruption in South America: Stealing for the team*. Cambridge University Press. Cap. 1–2, 5–6

Analiticamente, o mais importante a reter de cada estudo é: as instituições examinadas e se são utilizadas para explicar outros fenômenos ou se seus surgimentos é que são objetos; os argumentos e os mecanismos causais mobilizados; a estratégia, ou as estratégias, empíricas utilizadas; e as conclusões.

Uma resenha analítica não é um resumo, tampouco uma resenha livre. Para ter uma noção de como obter os principais elementos de cada texto, é bom seguir esse guia, que mostra diversas dicas práticas, sobre como elaborar pareceres científicos:

- Miller, B., Pevehouse, J., Rogowski, R., Tingley, D., and Wilson, R. (2013). How to be a peer reviewer: A guide for recent and soon-to-be PhDs. *PS: Political Science & Politics*, 46(1):120–123.

Um guia similar para resenhas analíticas pode ser encontrado aqui:

- [Writing Book Reviews in Political Science](#).

Capacidade de articular e relacionar as abordagens dos textos, além de concisão e domínio de seus conteúdos, serão os critérios empregados na avaliação. Até a data final desta atividade, a ser definida posteriormente, as resenhas deverão ser entregues, em formato PDF, na pasta 5_resenhas, disponível no repositório de materiais do curso.

¹Uma formatação padrão se aplica: todas as margens de 2cm, espaçamento entre linhas de 1.5cm, fonte Arial ou equivalente de tamanho 12.

Avaliação II: Seminários Temáticos (20% da nota final)

Cada aluna(o) também ficará responsável por conduzir pelo menos um seminário temático na segunda parte do curso. Os seminários deverão organizar *todas as leituras recomendadas* de uma determinada aula, identificando os principais elementos da literatura: questões feitas, argumentos defendidos, metodologias e conclusões. As apresentações poderão ser realizadas com ou sem *slides*, acompanhados ou não de resumos para os colegas, por uma ou mais pessoas. A avaliação será baseada na capacidade de organizar analiticamente os textos e de sintetizar as principais discussões realizadas por eles. A escolha dos temas também será livre para ajudar quem deseja se especializar em uma outra outra das sub-áreas que veremos.

Avaliação III: Working Paper (50% da nota final)

A última avaliação, que deverá ser entregue ao final do curso em data a combinar, consistirá em um *working paper* sobre qualquer problema, com qualquer abordagem institucional, que seja conectada à área de instituições políticas. Acredito que essa seja uma boa oportunidade para por ideias no papel, redigir algum capítulo de teses ou dissertações, ou mesmo preparar algo para publicação e apresentação em eventos.

Embora não seja necessário que o trabalho final esteja completo – afinal, será um *working paper* – ele deverá estar estruturado de forma tradicional (a ordem e a presença de seções específicas são abertas): alguma introdução/motivação/apresentação; seguida de argumento/literatura/revisão minimamente sistemática da produção anterior; e, enfim, estratégia empírica/resultados/discussão. Assim como no caso das resenhas, a versão final desse texto deverá ser depositada em formato PDF no repositório desse curso, especificamente na pasta 6_trabalhos_finais.

Alguns recursos podem ajudar na produção de bons *papers*:

- King, G. (2006). Publication, publication. *PS: Political Science & Politics*, 39(1):119–125;
- Weingast, B. R. (2010). The Caltech rules for writing papers: How to structure your paper and write an introduction;
- Sand-Jensen, K. (2007). How to write consistently boring scientific literature. *Oikos*, 116(5):723–727;

Nota final

A nota final será dada pela soma das notas das avaliações individuais de cada aluna(o). A realização de segunda chamada, atrasos nas entregas, entre outros, poderão ser discutidas caso a caso, pessoalmente ou por [e-mail](#).

Atendimento a Necessidades Especiais

Alunas(os) com quaisquer necessidades ou solicitações individuais não devem exitar em procurar auxílio, tanto por [e-mail](#) quanto pessoalmente.

Conteúdo Programático

Parte I Abordagens

1.1 Introdução ao estudo de instituições políticas; 1.2 Institucionalismo e neo-institucionalismo; 1.3 Novas abordagens no estudo de instituições.

Parte II Tópicos Substantivos

2.1 Sistemas eleitorais; 2.2 Sistemas partidários e partidos políticos; 2.3 Sistemas de governo e suas variações; 2.4 Organização legislativa; 2.5 Organização executiva; 2.6 Centralização e descentralização federativas; 2.7 Burocracia; 2.8 Mudança institucional.

Plano das Aulas

Parte I – Abordagens no Estudo Comparado de Instituições Políticas

Início – Apresentação do curso

Aula 1 – O que são instituições e por que elas importam?

Leituras obrigatórias:

- Rothstein, B. (1996). Political institutions: an overview. *A new handbook of political science*, 133:166;

Leituras recomendadas:

- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of economic perspectives*, 5(1):97–112;
- Moe, T. M. (2005). Power and political institutions. *Perspectives on politics*, 3(2):215–233.

Aula 2 – Como se estudam instituições políticas? Institucionalismo, do antigo ao novo

Leituras obrigatórias:

- March, J. G. and Olsen, J. P. (2006). Elaborating the “new institutionalism”. *The Oxford handbook of political institutions*, 5:3–20;
- Peters, B. G. (2011). *Institutional theory in political science: The new institutionalism*. Bloomsbury Publishing USA. Cap. 3–5;

Leituras recomendadas:

- Diermeier, D. and Krehbiel, K. (2003). Institutionalism as a methodology. *Journal of theoretical politics*, 15(2):123–144;
- Peres, P. S. (2008). Comportamento ou instituições? a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista brasileira de ciências sociais*, 23(68);

Aula 3 – Como se estudam instituições políticas? Abordagens e métodos recentes

Leituras obrigatórias:

- Helmke, G. and Levitsky, S. (2004). Informal institutions and comparative politics: A research agenda. *Perspectives on politics*, 2(4):725–740;
- Mahoney, J. (2003). Strategies of causal assessment in comparative historical analysis. *Comparative historical analysis in the social sciences*, pages 337–72;
- Grose, C. R. (2014). Field experimental work on political institutions. *Annual Review of Political Science*, 17:355–370;

Leituras recomendadas:

- Hay, C. (2006). Constructivist institutionalism. In *The Oxford handbook of political institutions*;
- Krook, M. and Mackay, F. (2010). *Gender, politics and institutions: Towards a feminist institutionalism*. Springer;
- Schmidt, V. A. (2008). Discursive institutionalism: The explanatory power of ideas and discourse. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 11:303–326;
- Levitsky, S. and Murillo, M. V. (2009). Variation in institutional strength. *Annual Review of Political Science*, 12:115–133;
- Rihoux, B. (2006). Qualitative comparative analysis (qca) and related systematic comparative methods: Recent advances and remaining challenges for social science research. *International Sociology*, 21(5):679–706;
- Slater, D. and Ziblatt, D. (2013). The enduring indispensability of the controlled comparison. *Comparative Political Studies*, 46(10):1301–1327;
- Collier, D. (2011). Understanding process tracing. *PS: Political Science & Politics*, 44(4):823–830.

Parte II – Tópicos Substantivos

Aula 4 – Como regras e procedimentos eleitorais afetam a representação política?

Leituras obrigatórias:

- Cox, G. W. (1997). *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge University Press. Cap. 1–2;
- Reynolds, A. and Steenbergen, M. (2006). How the world votes: the political consequences of ballot design, innovation and manipulation. *Electoral Studies*, 25(3):570–598;

Leituras recomendadas (Seminário I):

- Shugart, M. S., Valdini, M. E., and Suominen, K. (2005). Looking for locals: voter information demands and personal vote-earning attributes of legislators under proportional representation. *American Journal of Political Science*, 49(2):437–449;
- Zucco Jr, C. and Nicolau, J. M. (2016). Trading old errors for new errors? the impact of electronic voting technology on party label votes in brazil. *Electoral Studies*, 43:10–20;
- Sanz, C. (2017). The effect of electoral systems on voter turnout: Evidence from a natural experiment. *Political Science Research and Methods*, 5(4):689–710;
- Singer, M. and Gershman, Z. (2018). Do changes in district magnitude affect electoral fragmentation? evidence over time at the district level. *Electoral Studies*, 54:172–181.

Aula 5 – Como partidos surgem e se transformam?

Leituras obrigatórias:

- Aldrich, J. H. (1995). *Why parties?: The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press. Cap. 1–2;

Leituras recomendadas (Seminário II):

- Samuels, D. J. and Shugart, M. S. (2010). *Presidents, parties, and prime ministers: How the separation of powers affects party organization and behavior*. Cambridge University Press. Cap. 1–3;
- Lupu, N. (2014). Brand dilution and the breakdown of political parties in latin america. *World Politics*, 66(4):561–602;
- Cruz, C. and Keefer, P. (2015). Political parties, clientelism, and bureaucratic reform. *Comparative Political Studies*, 48(14):1942–1973.

Aula 6 – Como o judiciário afeta a política?

Leituras obrigatórias:

- Dixon, R. and Ginsburg, T. (2017). The forms and limits of constitutions as political insurance. *International Journal of Constitutional Law*, 15(4):988–1012;
- Kapiszewski, D. and Taylor, M. M. (2008). Doing courts justice? studying judicial politics in latin america. *Perspectives on politics*, 6(4):741–767;
- Clark, T. S. (2010). *The limits of judicial independence*. Cambridge University Press. Cap. 1 e 7;
- Hirschl, R. (2008). The judicialization of mega-politics and the rise of political courts. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 11:93–118;

Leituras recomendadas (Seminário III):

- Enviados por e-mail.

Aula 7 – Instituições influem na formação e manutenção de governos de coalizão?

Leituras obrigatórias:

- Laver, M. and Shepsle, K. A. (1996). *Making and breaking governments: Cabinets and legislatures in parliamentary democracies*. Cambridge University Press. Cap. 1–3;
- Cheibub, J. A., Przeworski, A., and Saiegh, S. M. (2004). Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. *british Journal of political science*, 34(4):565–587;

Leituras recomendadas (Seminário IV):

- Freudenreich, J. (2016). The formation of cabinet coalitions in presidential systems. *Latin American Politics and Society*, 58(4):80–102;
- Martínez-Gallardo, C. (2012). Out of the cabinet: what drives defections from the government in presidential systems? *Comparative Political Studies*, 45(1):62–90;
- Chaisty, P., Cheeseman, N., and Power, T. (2014). Rethinking the ‘presidentialism debate’: conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. *Democratization*, 21(1):72–94;
- Bowler, S., Indridason, I. H., Bräuninger, T., and Debus, M. (2016). Let’s just agree to disagree: dispute resolution mechanisms in coalition agreements. *The Journal of Politics*, 78(4):1264–1278;

Aula 8 – Como a organização interna do congresso afeta o comportamento parlamentar e a produção de leis?

Leituras obrigatórias:

- Cox, G. W. and McCubbins, M. D. (2007). *Legislative leviathan: Party government in the House*. Cambridge University Press. Cap. 2;
- Martin, S., Saalfeld, T., and Strøm, K. (2014). *The Oxford handbook of legislative studies*. Oxford Handbooks in Politics & Committees;

Leituras recomendadas (Seminário V):

- Martin, S. (2011). Electoral institutions, the personal vote, and legislative organization. *Legislative Studies Quarterly*, 36(3):339–361;
- Proksch, S.-O. and Slapin, J. B. (2012). Institutional foundations of legislative speech. *American Journal of Political Science*, 56(3):520–537;
- Battaglini, M., Lai, E. K., Lim, W., and Wang, J. T.-y. (2019). The informational theory of legislative committees: An experimental analysis. *American Political Science Review*, 113(1):55–76;
- Alemán, E. (2013). Latin american legislative politics: A survey of peer-reviewed publications in english. *Journal of Politics in Latin America*, 5(1):15–36.

Aula 9 – Quando e como chefes de governo alteram a estrutura do executivo?

Leituras obrigatórias:

- Moe, T. M. and Howell, W. G. (1999). The presidential power of unilateral action. *The Journal of Law, Economics, and Organization*, 15(1):132–179;

Leituras recomendadas (Seminário VI):

- Howell, W. G. and Lewis, D. E. (2002). Agencies by presidential design. *Journal of Politics*, 64(4):1095–1114;
- Inácio, M. and Llanos, M. (2016). The institutional presidency in latin america: a comparative analysis. *Presidential Studies Quarterly*, 46(3):531–549;
- Mejía-Guinand, L. B., Botero, F., and Solano, A. (2018). Agency loss and the strategic redesign of the presidential office in colombia. *Latin American Politics and Society*, 60(3):96–118;
- Bonvecchi, A. and Scartascini, C. (2011). The presidency and the executive branch in latin america: What we know and what we need to know.

Aula 10 – Descentralização fiscal e de prerrogativas melhora a implementação de políticas públicas?

Leituras obrigatórias:

- Oates, W. E. (2005). Toward a second-generation theory of fiscal federalism. *International tax and public finance*, 12(4):349–373;

Leituras recomendadas (Seminário VII):

- Rodden, J. A. (2006). Federalism. In *The Oxford Handbook of Political Economy*;
- Arretche, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 53(3);
- Falch, T. and Fischer, J. A. (2012). Public sector decentralization and school performance: International evidence. *Economics Letters*, 114(3):276–279;
- Besley, T. and Coate, S. (2003). Centralized versus decentralized provision of local public goods: a political economy approach. *Journal of public economics*, 87(12):2611–2637.

Aula 11 – Como o federalismo afeta a representação política?

Leituras obrigatórias:

- Grindle, M. S. (2007). *Going local: decentralization, democratization, and the promise of good governance*. Princeton University Press. Cap. 1–2;

Leituras recomendadas (Seminário VIII):

- Madariaga, A. G. and Ozen, H. E. (2015). Looking for two-sided coattail effects: Integrated parties and multilevel elections in the us. *Electoral Studies*, 40:66–75;
- Samuels, D. and Snyder, R. (2001). The value of a vote: malapportionment in comparative perspective. *British Journal of Political Science*, 31(4):651–671;
- Desposato, S. and Scheiner, E. (2008). Governmental centralization and party affiliation: legislator strategies in brazil and japan. *American Political Science Review*, 102(4):509–524;
- Goldstein, R. and You, H. Y. (2017). Cities as lobbyists. *American Journal of Political Science*, 61(4):864–876.

Aula 12 – A política interfere no funcionamento da burocracia?

Leituras obrigatórias:

- Huber, J. D. and Shipan, C. R. (2002). *Deliberate discretion?: The institutional foundations of bureaucratic autonomy*. Cambridge University Press. 1–4;

Leituras recomendadas (Seminário IX):

- Potter, R. A. (2017). Slow-rolling, fast-tracking, and the pace of bureaucratic decisions in rulemaking. *The Journal of Politics*, 79(3):841–855;
- Williams, M. J. (2017). The political economy of unfinished development projects: Corruption, clientelism, or collective choice? *American Political Science Review*, 111(4):705–723;
- Lewis, D. E. (2011). Presidential appointments and personnel. *Annual Review of Political Science*, 14:47–66;
- Polga-Hecimovich, J. and Trelles, A. (2016). The organizational consequences of politics: A research agenda for the study of bureaucratic politics in latin america. *Latin American Politics and Society*, 58(4):56–79.

Aula 13 – Como instituições políticas mudam?

Leituras obrigatórias:

- Mahoney, J., Thelen, K., et al. (2010). A theory of gradual institutional change. *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*, 1;
- Greif, A. and Laitin, D. D. (2004). A theory of endogenous institutional change. *American political science review*, 98(4):633–652;

Leituras recomendadas (Seminário X):

- Capoccia, G. (2016). When do institutions “bite”? historical institutionalism and the politics of institutional change. *Comparative Political Studies*, 49(8):1095–1127;
- Murray, R., Krook, M. L., and Opello, K. A. (2012). Why are gender quotas adopted? party pragmatism and parity in france. *Political Research Quarterly*, 65(3):529–543;
- Corrales, J. (2016). Can anyone stop the president? power asymmetries and term limits in latin america, 1984–2016. *Latin American Politics and Society*, 58(2):3–25;
- Cox, G. W., Fiva, J. H., and Smith, D. M. (2019). Parties, legislators, and the origins of proportional representation. *Comparative Political Studies*, 52(1):102–133.

Aula 14 – Auxílio com o trabalho final e esclarecimento de dúvidas